

AFRICANAS NA BAHIA: RESSONÂNCIAS ATLÂNTICAS EM MOBILIDADE SOCIAL ENTRE A HISTÓRIA LOCAL E A GLOBAL

AFRICAN WOMEN IN BAHIA: ATLANTIC RESONANCES IN SOCIAL
MOBILITY BETWEEN LOCAL AND GLOBAL HISTORY.

**Cristiane Batista da S.
Santos**

ABSTRACT: This article deals with the experiences of African outfits, who, through their knowledge of the trades, as well as of the world of work itself, acquired social mobility, and were able to have at least one african at their service. In common they had more than naturalness in the coast of Africa, but the cunning and practices inherited from the Atlantic world, such as the "mercadejar" trade that brought them to a larger context, that of the Global History of free work in progress. The varied sources indicate aspects of their lives, even when they were facing death. In this article we will see these women through the parishes, alleys and alleys, amassing pile to such an extent that they could have slaves, as well as chests with gold ornaments, whose **montemor**, by choice and nature, symbolically linked them to the other side of the Atlantic. Their experiences, therefore, are part of the Global History of Labor, including also the micro-stories of these rising free workers.

KEY-WORDS: African; Global Labor History; Social Mobility.

RESUMO: Este artigo trata das experiências de africanas forras, que por meio de conhecimentos afeitos aos ofícios, bem como do próprio mundo do trabalho, adquiriram mobilidade social, e puderam ter ao menos uma africana a seu serviço. Em comum tinham mais do que a naturalidade na Costa da África, mas as astúcias e práticas herdadas do mundo atlântico, a exemplo do ofício de "mercadejar" que lhes alçavam a um contexto maior, o da História Global do trabalho livre em curso. As fontes variadas indicam aspectos de suas vidas, mesmo quando estas estavam diante da morte. Neste artigo veremos estas mulheres por entre as freguesias, becos e vielas, amealhando pecúlio a tal ponto de poderem dispor de escravizados, bem como de arcas com ornatos de ouro, cujo montemor, pela escolha e natureza, as ligavam simbolicamente ao outro lado do Atlântico. Suas experiências, portanto, fazem parte da História Global do Trabalho, incluindo também as micro-histórias dessas trabalhadoras livres em ascensão.

PALAVRAS-CHAVE: Forras; História Global do Trabalho; Mobilidade Social.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

AFRICANAS NA BAHIA: RESSONÂNCIAS ATLÂNTICAS EM MOBILIDADE SOCIAL ENTRE A HISTÓRIA LOCAL E A GLOBAL

Cristiane Batista da S. Santos¹

Ao pensar na sua morte, ela nos trouxe um resumo da sua vida. Quem irá nos apresentar o clima social da Salvador da segunda metade do século XIX será um trecho da vida da africana liberta Ana Luiza de Bittencourt, em 11 de dezembro de 1857, quando registrou seu testamento. E é com sua história que iniciaremos a reflexão sobre ser possível ou não estudar as forras trabalhadoras da Bahia “entre esses dois polos aparentemente inconciliáveis, isto é, de articular a análise da vida individual com os grandes processos sociais mais amplos”, como reflete Henrique Espada Lima ao nos advertir desta escolha teórica: “o termo “história global” é relativamente novo, seus conteúdos, métodos e limites ainda estão em construção”(LIMA, 2015).

Ana Luiza buscou inserção em redes sociais privilegiadas. Esta mulher forra era Irmã da Confraria do Senhor Bom Jesus da Redenção na Capela do Corpo Santo e da de São Benedito ereto na Igreja dos Religiosos Franciscanos, da de N.Sr^a do Rosário na capela da Rua de João Pereira e de Nossa Sr^a do Rosário na Matriz do Santíssimo Sacramento e Sant’Anna e pedia que todas elas fossem avisadas sobre sua morte e estas deveriam mandar “fazer os sufrágios que me forem devidos”.² Não era barato ser filiada a uma irmandade, imaginemos três! Isto designava uma distinção social, tanto por ser caro quanto por integrar um grupo seletivo ao qual poucas africanas e ex-escravizadas como ela poderiam ter acesso, e mesmo, custeá-las. Era um elo caro entre roupas, alfaias, esmolas e taxas, além é claro, do associativismo político de sociabilidade, prova de prestígio e um possível local de namoro e casamento, empréstimos, compadrios e outras situações que ela vivenciava em três irmandades. Estar ali dizia que ascendera socialmente. Caio Boschi nos instiga mais ao enfatizar que as sinhás forras se ligavam a uma ou mais irmandades e há dificuldade de se “estabelecer com precisão a linha divisória entre mutualidade espiritual e as beneficências e auxílios mútuos temporais” (BOSCHI, 1987, p. 13).

Mas, além desta vida religiosa e social dinâmica, conheçamos mais sua história. Ao ditar seu testamento seguiu os ditames de praxe, e claro, professou sua fé. A escolha das palavras que disse ao testador tem um peso sutil, envolto de seus dramas, percalços, sucessos e muitas

¹ Doutora em Estudos Étnicos e Africanos, Professora da UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz, coordenadora do Projeto de Pesquisa: Projeto “ Sujeitos do Atlântico: Histórias de africanos para contar na sala de aula” -DCIE

²APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Ana Luiza Bittencourt (3/1218/1687/7).

memórias. Quando se reportou a fé católica afirmou que "foi iniciada e nella tenho persistido".³ Foi iniciada, não escolhida. Afirmou que embora testasse, não estava doente, mas total senhora de si. E retoma o início da sua história de vida: "sou natural da Costa da África, [sic] a onde nasci em plena liberdade, [sic] porem o degradante tráfico da raça humana me fez passar a esta cidade no estado de escrava".⁴ Sua explicação da natureza distinta dos termos "escrava" e "escravizada" estava politicamente posta. Sabia seu lugar e como estivera erroneamente em outro por anos. Sua história estava conectada por ligações entre a África e a América. Ela tinha consciência de que era uma vítima do tráfico transatlântico e sobrevivente, fez o melhor uso possível disto. Citou os senhores a quem serviu, mas arrematou ao final "de cujo poder venci a minha liberdade mediante indenização". Mais um ponto fulcral em sua história que nos servirá de modelo de compreensão para as outras africanas, o modo como Ana Luiza amealhou pecúlio, trabalhou e poupou até pagar por sua liberdade. Sua condição civil também nos é comum nas próximas histórias.

Viúva e chefe do seu lar, foi casada "segundo o Rito da Santa Igreja" e deste matrimônio não teve filhos, destemudo, não tinha herdeiros. Nomeou entre os seus testamenteiros a sua escravizada africana Ifigênia das Chagas, que estaria liberta após sua morte. Os bens que possuía eram duas moradas de casa térreas, uma situada a Rua de São Miguel e outra a Rua dos Marchantes, e os escravizados: Maria Venancia e Theodora e as africanas idosas: Ignez e Benedicta e Juliana crioula. Deixava "as minhas seis escravas" forras e livres como se de ventre livre houvessem nascido. Destinava a casa da Rua São Miguel para morada e usufruto da liberta Ifigênia, e das que também ficariam após sua morte: Theodora, Ignez e Juliana e determinou que a casa seria de uso perpétuo para a que sobrevivesse e assim não a poderiam vender de forma alguma. Já a segunda casa, localizada na Rua dos Marchantes, seria também para usufruto das libertas, mas falecendo a última, a propriedade passaria como um bem doado ao Patrimônio do Colégio dos Órfãos e Desamparados do Santíssimo Coração de Jesus. Como católica devota lembrou-se de deixar um bem até mesmo para a instituição. Até na religião que lhe foi imposta pelo tráfico, Ana Luiza saiu-se muito bem, conseguiu ter um lugar distinto.

Assim como ela, poucas forras declaram em seus testamentos as atividades econômicas e o tipo de trabalho após o cativo. Tal silêncio acerca do tipo de ocupação que exerciam pode ser um indicativo de que elas viviam do trabalho de suas escravizadas. Ana Luiza deixa uma casa para uma entidade religiosa, e era mais que isso, em conjunto são credoras, devedoras, depositárias, legatárias, mas, de qualquer forma, definitivamente tinham algum patrimônio a transmitir. E, por fim rogava que em seu enterro seu cadáver fosse conduzido "mão a mão" e não

³Idem.

⁴ Idem.

em carro. Queria ser levada como viveu seus últimos anos com hierarquia, distinção e pompa fúnebre. E se não houvesse quem quisesse fazer essa caridade ordenou que se daria esmolas a alguns pobres cujas despesas correriam por conta de todos as suas libertas, assim como estasteriam que pagar as cinco missas em intenção de sua alma.⁵ As missas eram um dos principais elementos que compunham os pedidos de últimas vontades das testadoras. O que falta nesta lista a uma idosa bem-sucedida? Quase nada.

De ex-escravizada para dona de seis cativas, duas casas e sócia de três irmandades, além de ter sido alforriada por um alto valor que conseguira pagar. Houvera nesta trajetória uma mobilidade social notável. Não subestimemos seus bens, embora não fosse expressiva fortuna. Ana Luiza integrou um grupo seletivo de mulheres forras, sozinhas, trabalhadoras e bem-sucedidas, e sua vida tem elementos importantes de análise para pensarmos no coletivo das africanas libertas que em maioria, assim como ela, se apresentavam como naturais da Costa d'África e testamentavam ou eram inventariadas, visto possuir bens ao fim da vida. Seja no registro de batismo, alforria, casamento, testamento, compra de imóveis, cartas de liberdade registradas em cartório ou lista de sócios das irmandades, seus nomes estão lá. Destes rastros emergiram poderosas mulheres africanas agindo no mundo local com um comportamento que as ligava ao global, ditando o curso das histórias das mulheres livres nos mundos do trabalho. Rebecca Scot nos sinaliza para riqueza dessa inter-relação e afirma que “um dos mais duráveis discernimentos conseguidos pelos estudos da escravidão nas últimas décadas”, isto é: “a interação, frequentemente muito local, entre as ações dos escravos, das pessoas livres de cor, os senhores, os lavradores sem escravos, e o estado” (SCOTT, 2000, p. 473). Sem perder essa urdidura podemos combinar uma perspectiva “macro” e uma abordagem microanalítica. Ainda mais que em Salvador, entre 1779 - 1850, o número de mulheres alforriadas perfaziam o dobro do de homens (SCHWARTZ, 1988, p. 275).

Quase três décadas depois de Ana Luiza - encontrei-me em 1880 com a africana liberta de Nação Congo, Francisca Sallé quando testamentava. Ela acompanhou o padrão econômico das africanas forras, moradoras nas freguesias da Bahia. Fora escravizada em Salvador por um casal de Ingleses "de nação", afirma ela, assegurando a distinção entre ser natural da África como ela que era Congo, e aqueles, britânicos, o Sr e Sr^a Neil. Francisca pagou 400\$00 mil reis por sua liberdade, e ao sair do cativeiro casou-se com o Sr. Victal Pereira da Silva que faleceu e não lhe deixou filhos. Viúva e sozinha, casou-se novamente com Balthasar de Souza e também não teve filhos. Possuía dois escravizados Sabina e Francisco, africanos, aos quais conferia liberdade, mas seria condicional, pois enquanto ela vivesse ambos deveriam acompanhá-la e servi-la. Era

⁵APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Ana Luiza Bittencourt (3/1218/1687/7).

proprietária de duas roças de terras próprias no lugar denominado Estrada de Santa Cruz.⁶ Ana Luiza Bittencourt e a congoleza Francisca Sallé tinham muito em comum. Eram incomuns em meio a grande maioria das outras africanas. Isto concorre para o trato com estas na perspectiva de transcender os limites teórico-metodológicos dos grandes nomes e donos de grandes montantes isolando-as das demais.

Jaques Revel (2000) chama este modo de lidar com a fonte de micro história, mas ao partir de análises individuais não quer dizer que ela exclua os aspectos sociais e econômicos, pois, nas considerações sobre a trajetória do indivíduo é possível atingir a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos dos quais ele faz parte. Os espaços abarcavam a naturalidade e mentalidade africana, na experiência da travessia e do cativo e em ação na abolição pessoal que vivenciaram através do trabalho cotidiano na Bahia no período anterior a 1888.

Diante destas duas histórias, observadas sob o recorte micro histórico, clarifica-se o propósito deste texto, que é o de analisar a mobilidade social de mulheres africanas e suas histórias individuais como um fio do relato que nos orienta no labirinto da realidade oitocentista baiana (GINZBURG, 2007, p. 07). Ainda que destaquemos casos individuais, tais mulheres servem para análise de realidades sociais mais amplas e tal proposta tem sido utilizada de forma significativa pela historiografia em fontes cartorárias de diferentes tipologias. Eram trabalhadoras ex-escravas livres e as trataremos como tal, com total capacidade de autonomia.

Trânsitos continentais e atlânticos: Africanas que chegavam ao mercado de trabalho

Teresa preta, forra Natural da Costa da Mina⁷, (Costa Ocidental da África), chegou a Salvador com 50 anos de idade. No registro de entrada foi identificada como solteira, e que vivia da profissão de quitandeira. Pelo olhar do oficial de registro da polícia, como de praxe, pululam descrições físicas como cabelos grenhos, beiços grossos, nariz chato, e até mesmo para algumas mulheres uma "barba", além de ressaltar a cor preta. Informou ao policial que tinha um endereço que a abrigaria, a casa da crioula Luisa, liberta, na Rua de Baixo.⁸ Como elas se conheceram antes?

⁶APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Francisca Sallé – (5/2171/2640/13)

⁷ A expressão “mina” contempla uma diversidade de povos que se definiam de outras formas. Eram classificados assim pelos traficantes os escravos embarcados na Costa da Mina, região ao Leste do Porto de Elmina (feitoria de São Jorge da Mina). A designação continuou a ser utilizada de forma geral para a região próxima, à esquerda de Elmina, quando o maior porto de comércio dessa região para o Brasil passou a ser Uidá, ou Ajudá, no atual Benin. Sobre esta questão, ver: HALL, 2005; LAW, 2006.

⁸APEB, Polícia, Registro de entrada de Estrangeiros /Brasileiros -(1855-1856), maço 5667.

Para fins de ilustrar o panorama social das freguesias, seguindo a trilha das africanas que ditam estas histórias, escolhi uma mostra dos destinos dessas mulheres chegando a Salvador na década de 1850 para compor uma “uma rede econômica que era também social e até política” (SOARES, 2006). Idade, profissão, descrição física, condição civil e jurídica, além do endereço para onde iriam constam nas descrições dos registros de entrada. Esta Bahia para onde as africanas chegavam estava marcada pelo sucesso das ganhadeiras, algumas das quais com renda diária de até 4 mil réis, conforme indicam os registros para o ano de 1849. Isto sugere que estas mulheres souberam desempenhar seu papel muito bem. O sucesso se refletia, sobretudo, no controle que as ganhadeiras tinham sobre o comércio varejista de produtos perecíveis (SOARES, 2006). Africanas chegavam de toda parte com ofícios declarados e um suposto endereço onde viveriam na capital. Em cada história diferente o mesmo desejo: trabalhar naquelas praças, amealhar pecúlio, subverter suas condições materiais e inserir-se no mercado de trabalho local, ou como explicou João José Reis, nos cantos de trabalho (REIS, 2000).

As vidas dessas africanas estariam entrelaçadas com o ir e vir, muitas oriundas do Recôncavo para a capital assim que alcançavam suas alforrias, e ali recomeçariam suas vidas em meio a uma população flutuante que chegava por mar ou por terra e visualizavam a capital como potenciadora de seus projetos individuais e familiares de ascensão social. A partir da alforria buscavam outras conquistas materiais tenazmente oferecendo sua mão de obra, assim como suas astúcias misturadas com seus temperos e projetos.

As freguesias da Bahia viviam intensa dinâmica de chegadas e partidas. Se os inventários e testamentos nos remetem a uma leitura de condição de trabalho e vida material *post mortem*, o período relativo ao tráfico interprovincial, através do Registro de Entrada de Estrangeiros /Brasileiros refere-se ao momento que reconstruíam suas vidas, no auge da sua força de trabalho.

Quanto tempo viveriam aqui e quais seus destinos não temos como precisar, ainda mais que os nomes comuns se sucedem na farta documentação. Ainda assim, sonhando em localizar alguma destas mulheres em fins do século, em inventários e testamentos, me permito sonhar quando as encontro lá à frente, em fins do XIX, com um sobrenome comum identificada por “africana” e às vezes “africana liberta”. E, em sua maioria, Maria, Luisa, Rita, Joana ou Constança, que se repetem tanto, mas em nada reduz a capacidade “sublime”, ou seja, a dimensão redentora da dor ou a aptidão criativa de reinventar-se, como traduziu Paul Gilroy (2001) sobre a grande presença africana.

Assim como Tereza Mina, outras mulheres (solteiras em sua maioria) chegariam aos portos com histórias e ocupações semelhantes. O que se destaca é a rede de solidariedades entre estas mulheres, uma vez que chegadas de diversas procedências eram abrigadas por outras

(africanas ou crioulas) o que sugere que tivessem trocado cartas, recados ou informações numa rede interessante de relações difíceis de acompanhar. Mais velha que Tereza, Antônia Maria, africana liberta, quitandeira, tinha 60 anos quando chegou para a Bahia em 27 de junho de 1855, mesmo dia da africana liberta Felisberta Maria, quitandeira de 50 anos, solteira, de cor preta.⁹ O elenco de africanas solteiras tendia a crescer, demonstrando que dependiam de seus ofícios para viverem. A quitanda foi um comércio de mulheres, como os dados abaixo comprovam:

01. Africanas libertas e solteiras entre 1855 e 1856

Africana	Idade	Condição	Profissão
Benedicta	48	Solteira	Quitandeira
Luisa Maria	-	Solteira	-
Constança	30	Solteira	-
Fortunata M ^a	50	Solteira	Quitandeira
Brasilina Ludovica	60	Viúva	Quitandeira
Mariana A. Leite	50	Solteira	Quitandeira
Fausta M ^a da Conceição	50	Solteira	Quitandeira
Elvira	29	Solteira	Quitandeira
Maria	56	Solteira	Quitandeira
Luisa	39	Solteira	Quitandeira
Adriana	22	Solteira	Lavadeira
Lívia	33	Solteira	Vive de negócios

Fonte: Registro de entrada de Estrangeiros /Brasileiros -(1855-1856)

Outras, ainda escravizadas, também acompanhavam seus senhores, como Rita cozinheira, preta, 30 anos, e que veio na Sumaca Flor de Valença.¹⁰ Rita e outras, ao perceberem o valor do trabalho extra, construíram suas liberdades ainda cativas. Se tomarmos como exemplo as culturas africanas nas memórias dessas mulheres, como as oriundas de reinos como o de Uidá “[...] predominava a venda de comida feita. E quase todas as barracas tinham atrás delas mulheres, que dominavam, como em outras partes da África, o comércio a retalho” (SILVA, 2012, p. 361). No mês de setembro outros vapores trouxeram mais personagens quase anônimas, mas que permite que em registros esparsos possamos mostrá-las como agentes da própria história. Suas experiências lhes remetiam a situações de união, mesmo sendo de várias procedências. Algumas

⁹ APEB, Polícia, Registro de entrada de Estrangeiros /Brasileiros -(1855-1856), maço 5667.

¹⁰ APEB, Polícia, Registro de entrada de Estrangeiros /Brasileiros -(1855-1856), maço 5667.

delas pareciam estar numa situação mais estável e já haviam conquistado espaço de moradia, arranjos afetivos, negócios e autonomia. Um exemplo disto pode ser visto no caso a seguir. Anastácia Lopes, natural da Costa da África, quitandeira, 40 anos, de estatura baixa e chegou do Rio de Janeiro no Vapor Imperador, em 22 de setembro de 1855, e afirmou que residia em Salvador, na Rua das Caldeiras.¹¹ Os limites da fonte não nos permitem saber quanto tempo e os motivos que a fizeram ir ao Rio de Janeiro, mas ela possuía mobilidade, condições de comprar suas passagens e não poderia ser considerada como uma aventureira, pois tinha residência fixa na cidade. Ser negociante, ir e voltar, como Felicidade Rita Cândida, africana liberta que morava em Salvador, à Rua do Bispo, mas que iria para Pernambuco. Enquanto isso ficaria em sua casa o africano Guilherme Jose Felipe, liberto, cozinheiro, casado, de idade de 36 anos que chegou de Pernambuco no Vapor Pedro II. Há no mínimo uma troca de favores, amizade nesta relação entre Pernambuco e Salvador. Numa situação semelhante encontrava-se Lucrécia, africana de 36 anos, que vivia na Rua da Alfandega nas Grades de Ferro em cuja casa afirmou que ia viver o africano liberto Francisco Manoel, quando este chegou em 04 de setembro de 1855, aos 48 anos e vivia de negócio e chegou do Rio de Janeiro no Brigue Orinha. Como estas relações nasceram anteriores ao momento de registro da entrada de passageiros?¹²

Lauriana Maria de Sant'Anna, era africana liberta, quitandeira e viúva veio na companhia de seu filho Marcolino da Assumpção Paraíso e dos criados africanos de nome Felícia, Cândida e Bernardina.¹³ Uma mostra deste trânsito de chegadas e partidas ilustram bem o cenário das freguesias, e como algumas africanas teriam suas vidas alteradas por escolhas que fariam para trabalhar e viver no cenário urbano da Bahia oitocentista. Esta lista de africanas que chegaram teria sucesso ao final de suas vidas? O comportamento dessas forras trabalhadoras nas freguesias encadeia ideias que ilustram a reconstrução de suas vidas no pós-cativeiro, inscritas nestes cenários como os espaços de trabalhos, pontuando os acontecimentos políticos e econômicos que interferiam diretamente em suas histórias cotidianas de empreendimentos rentáveis à luz daquela sociedade tomando como baliza até o período final da década de 1880.

Em seguida mergulharemos no universo das trabalhadoras forras solteiras e sem filhos, mas que eram donas de pelo menos uma escrava africana. E por fim, traremos um elenco de mulheres que independente de terem sido casadas, viúvas ou solteiras, tiveram filhos que faleceram e seguiram suas vidas em situações ou de solidão, criando laços sem consangüinidades, ou amizade, ou solidariedade, por não contar com familiares, ou por não ter filhos herdeiros. Sheila de Castro Faria acredita num fator amenizador, que a presença de

¹¹ APEB, Polícia, Registro de entrada de Estrangeiros /Brasileiros -(1855-1856), maço 5667.

¹² Idem.

¹³ APEB, Polícia, Registro de entrada de Estrangeiros /Brasileiros -(1855-1856), maço 5667.

escravos nesses domicílios, inclusive, era significativa. Não estavam, portanto, necessariamente sós nem eram pobres (FARIA, 2004). Enquanto a solidão é discutível, acredito que a pobreza não. Todas essas narrativas amalgamam-se numa ideia central: a de que as africanas forras trabalhadoras podem ser vistas pelas dimensões da micro e macro história, que iniciaram ainda no cativeiro no processo Atlântico como oportunidade de análise histórica que as liga a uma História Global do Trabalho.

Os cenários difíceis das freguesias como espaços de trabalhos das africanas

Até o terceiro quartel do século XIX, Salvador contava com dez freguesias urbanas: Sé, Nossa Sr.^a da Conceição na Praia, Santíssimo Sacramento no Pilar, Santo Antônio além do Carmo, Nossa Sr.^a da Penha em Itapagipe, Santíssimo Sacramento em Sant'Anna, Nossa Senhora das Brotas, São Pedro Velho, Santíssimo Sacramento na Rua do Passo e Nossa Sr.^a da Vitória. Nestas calçadas os trânsitos das mulheres pretas se moviam em direção a “Cidade Alta”, centro administrativo, político e religioso, assim como de residências e; a “Cidade Baixa”, a praia, o porto e seus armazéns frequentados e mercadejados por comerciantes, quitadeiras, ganhadeiras, carregadeiras, fiandeiras, sapateiras e até prostitutas. Era esse o universo das mulheres manumitidas que subiam e desciam as duas partes da cidade, muito além de limitar-se ao papel de chefia de seus lares, mãe reclusas de seus filhos e esposas dependentes de maridos. Mas, no que tange ao trabalho cotidiano, o que ainda não foi dito sobre as mulheres negras na Bahia oitocentista? Estas ganharam eco com o trabalho seminal de Cecília Soares sobre as ganhadeiras (2006). Deste vasto universo, elegi apenas as africanas e suas conexões com o Atlântico nos modos de viver, pensar, trabalhar e escravizar. Negociavam de tudo, desde peixe seco, quitutes, pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, frutas, fumo, pinga, cocadas e até mingau. Ganhavam dinheiro nos espaços urbanos das freguesias da capital. É preciso advertir que quebram com o modelo “clássico” da ausência das mulheres negras na História Social do Trabalho no Brasil, formato que não se aplica a este caso. Embora haja uma crescente discussão sobre a composição das trabalhadoras que protagonizaram este processo, ainda não constam as ex-escravizadas em análises históricas (GOMES; NEGRO, 2006; MATTOS, 2008).

As africanas forras quebram com a ideia da família com chefia na figura masculina que se sobressaiu na defesa ou doação do seu patrimônio material, da honra ou da unidade familiar. Ao contrário, nestes cenários urbanos as mulheres libertas passaram paulatinamente a constituir e chefiar domicílios independentes, donas de si, de seus corpos e vontades. Parti em busca somente do protagonismo das africanas, que amealharam riqueza material e imaterial oriundas de seus trabalhos cotidianos de naturezas diversas, pelas freguesias da Bahia na transição de

“escravizadas” para “forras”. Flávio Gomes e Antônio Luigi Negro sinalizam que entre costumes e experiências não se pode excluir os escravizados na formação da classe trabalhadora e ainda, das complexas formas de relações de trabalho (GOMES; NEGRO, 2006). Parto desta premissa.

Nas freguesias da Bahia foram batizadas, escravizadas, pariram, enterraram seus filhos e maridos, tornaram-se madrinhas de uns, fiadoras de outras, assim como compraram ouro, panos da Costa, tachos e gamelas para suas casas, africanas para escravizá-las. Também abriram lojas e outros negócios na arte de mercadejar, negociar e lucrar. Uma única característica não consta em suas histórias: ausência de trabalho para a aquisição de bens. Casadas ou não, com ou sem filhos, ascenderam socialmente forjando a brecha desde quando ainda eram escravas. Concebo-as enquanto trabalhadoras e por isso, parte fundamental do que se tornaria a classe trabalhadora brasileira nos primeiros anos do século XX. Faria traduz o que enceta esta discussão “em especial a mulher forra africana, tinha condições sociais e econômicas especiais que a tornavam detentora de um poder econômico só muito recentemente detectado (FARIA, 2004, p. 70).” Esta é então a reunião de micro- histórias de poder feminino africano que pretende ilustrar as potencialidades e os limites de uma investigação histórica numa perspectiva maior. Longe de romantizá-las, suas histórias não excluem, obviamente, sofrimentos, injustiças, doenças, lutas judiciais, prisões, queixas e infortúnios a que estavam sujeitas por serem mulheres e forras e tais mulheres enfrentavam maiores maior dificuldades. Em alguns casos, por viverem sozinhas. Há espaço também para descortinar aqui e alhures casos de amor e amizade, compadrio e uma rede de negócios entre africanas que entrelaçavam confiança e lucratividade.

Durante o século XIX, sublinhando ainda a concomitância e os conflitos entre os “mundos do trabalho” de forras e cativas, e que as primeiras fizessem questão de demarcar as fronteiras que as separavam das segundas. Logo, homogeneidade e ausência de conflito, não se aplicam. As africanas estavam sujeitas diretamente as percepções da cor que tanto traduziam as hierarquias sociais, quanto revelavam ambiguidades no modo como os indivíduos eram classificados, ou seja, a indicação de cor remetia a um lugar socialmente pré-estabelecido, mas passível, quem sabe, de transformações (SANTOS, 2005). Neste caso, podemos supor a existência de interseções entre escravidão e liberdade, processos que coadunavam numa composição que ousou chamar de História Social do Trabalho das Africanas escravizadas em construção de suas manumissões. Para além das senzalas e das fábricas, estas mulheres valiam-se nos serviços de casa e nos da rua, tomando por empréstimo a expressão de Gomes e Negro (2006).

O ganho, descontínuo e dinâmico, lhes renderia pecúlios e alforrias, por conta dos serviços domésticos e daqueles exercido pelas ruas da Bahia como costureiras, engomadeiras, do

ganho, de variados negócios, quitandeiras, carregando frutas, filhos, miudezas a retalho, tabuleiros, enfieiras de peixe, trouxas, barricas e bacias, mesmo estando grávidas, menstruadas, doentes sob sol ou chuva, e em dias santos e feriados. Cabe lembrar que, sendo também parte da renda senhorial, eram alugadas ou faziam serviços variados nas ruas para seus senhores. A maior parte dos setores de transporte, abastecimento e serviços contava livres e libertos (GOMES; NEGRO, 2006). Quais seriam os cenários de trabalhos, vendas e comércio destas africanas entre 1855 e 1885? O que enfrentavam quando saíam às ruas pela manhã e retornavam a noite? Uma série de infortúnios como o início da epidemia do *Cólera Morbus*, que apavorou a população e acabou por alterar a *geographia mortis* soteropolitana. Neste mosaico social, mulheres como Maria dos Santos, Preta, 76 anos, solteira, africana, liberta, Angola, mendiga, moradora da Saúde, entrou com atestado do Subdelegado de Sta Anna e entregou Carta de Liberdade na Enfermaria de São João sofrendo da “Molestia de Velhice e Desenteria (sic) e faleceu em 1º de março de 1853.”¹⁴ Elas também sentiram na pele o clima da “Greve Negra” de 1857, dos carregadores, sobretudo africanos “ao ganho”, a maior parte negôs que paralisaram por duas semanas o porto e o setor de abastecimento e transporte (REIS, 1993). Presenciaram a Revolta da Farinha, em 28 de fevereiro de 1858, num domingo de quaresma. Sentiram as ações enérgicas do presidente da província da Bahia, José Lins Vieira Cansanção de Sinimbu. Foram contadas no censo de 1855, que estimou a população da cidade em 86.984 (NASCIMENTO, 1986). Mas, será que foram tolhidas pela lei de 1859 que determinava multa a escravos que estivessem à noite nas ruas sem bilhete assinado pelo proprietário (REIS, 2008)?

Com ou sem tensão, a cólera e as greves estavam nos caminhos das sinhás forras. A vida cotidiana se dividia entre o trabalho e a vida afetiva, lazer, diversão e subversão. Em 16 de abril foram presos por desordem à noite na subdelegacia da Sé: Esperança e Dimas. E em 11 de novembro Libanea, Honoria, Ignez, Benedicta, Antônio Romão e Francisco, todos africanos, magarefes e costureiras que estavam na rua até altas horas.¹⁵ Afinal, a vida não era só trabalho. Em meio às posturas municipais, outras de ordem nacionais as afetariam, a exemplo da legislação de lei nº 2040, de 17 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, ocasionando o aumento da participação das escravas na conquista de sua própria liberdade ao regulamentar o pecúlio. A primeira lei que versa diretamente sobre a “transição” do trabalho escravo para o livre. Mas, a que mais incidiu sobre as trabalhadoras foram as taxas pesadas para que mercadejassem, sobretudo depois da revolta de 1835.

¹⁴ Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Livro 19º de assentos de pessoas (1852-1855)

¹⁵ APEB, Chefe de Polícia, 1863-1889, Maço Nº 2982

As africanas forras trabalhadoras e suas histórias entre o local e o global: ângulos de análise

Para as africanas negociantes, as taxas pesavam mesmo com toda a astúcia de mercadejar típico de grande parte das mulheres africanas. Isto responde em parte aos trechos dos testamentos em que, em uníssonos, as já idosas relembram com exatidão quanto pagaram por suas alforrias, mas sem explicar a origem do montante. Esta era, portanto, uma das fontes de ganho. Reis explica o poder de negócio dessas forras com seus sistemas engenhosos de especulação de mercado e atravessamento, onde muitas vezes aliadas a antigas ou atuais senhoras, controlavam a circulação de certos produtos básicos de alimentação na cidade (REIS, 2003). A historiografia em poucos casos deu ênfase a mulheres forras trabalhadoras em ascensão sob a perspectiva da História Social do Trabalho feminino enquanto escravizadas e libertas. Em 1998, Lara (1998, p. 26) denunciava a “exclusão dos escravos nas análises da história social do trabalho no Brasil”. Como não valorizar a experiência de convivência entre escravizadas e livres como partes fundamentais no processo de formação da classe trabalhadora? São figuras periféricas, mas revelam o cerne da nova condição da mulher trabalhadora pós-cativeiro. É neste lastro reclamado por Lara que as apreendo, não apenas como estratégia narrativa, mas método de interpretação que combina o micro - experiências individuais e grupais específicas das forras em mercados e feiras como eventos singulares no cotidiano etc.- e o macro - as relações dessas ações com estruturas e conjunturas locais ou globais. E num exemplo transcontinental, entre os portos e os mercados estavam as relações delas com os importadores da Costa da África. Compravam e revendiam.

Aos 50 anos a comerciante de tecidos, panos, búzios da Costa e fazendas, Mariana Joaquina do Espírito Santo, estava no auge dos seus negócios de importação quando faleceu com testamento em 09 de julho de 1871. Disse ser africana liberta e temer a morte. Católica, encomendou sua alma às três pessoas da Santíssima Trindade. Relembrou que sempre foi solteira e teve dois filhos: Alexandre, que morreu aos quatro anos e Maria Luiza que "morreu com dezoito annos no estado de donzela." ¹⁶ Precavida, certamente por que sofreu com a moléstia lentamente, falou de suas vontades e nomeou um testamenteiro. O inventário revela sua atividade econômica de comerciante: diversas fazendas em retalhos, cambraias, chitas largas, cassa axitada, panos riscados, lenços axitados, casados de cor azul, cassa branca axitada, cassa com enfeito, meios fios de coral, xales de lã estampados, peças de brocado, peças de Bretanha de Hamburgo, varas de mussolina branca, estopinha ordinária e casados de riscado encarnado. Além da lista de seus negócios, adentramos sua vaidade e/ou poupança com jóias e ornatos caros como: correntes de prata, marquesas, arcas com gavetas, mesas, toucador, cadeiras, barricas de búzios

da costa, 09 saias de chita, dois panos da costa para rebuço. E o dinheiro em espécie, já que com Manoel do Rozario ficou o valor de 449\$00 mil reis. ¹⁷Em suas atividades, o comércio de búzios da costa reconsidera os contextos mais amplos, dado a clientela africana na cidade e a necessidade constante de importá-lo da Costa d'África. No seu testamento, o africano Manoel, - que parecia ser íntimo ou amasio-, apresentou os documentos comprobatórios dos gastos com o enterramento, medicamentos e despesas referentes ao tratamento de cancro e dia thre [sic] cancerosa de um envenenamento por abortivo tópico determinado por medicamento. ¹⁸

Ter perdido dois filhos, andar adoentada e tocar os negócios de importação revela a força de Mariana. Por fim, declarou que deixaria libertas suas crias: Anastácia de 19 anos, filha de Felicidade de Nação Nagô, Mamede de doze e Ana de oito anos, e nomeou um tutor para as mesmas. Deixou carta de liberdade para Roza, de treze anos, embora já tivesse vendido a mãe dela, Maria de Nação Nagô. Declarou que "no giro do meu negócio devo somente a loja na qual compro fazendas" e quem devia a ela estaria do "facto de minhas tranzações o meo testamenteiro", pedia três missas pela alma do seu senhor Antônio Alvares que a libertou. Ela cuidou de tudo enquanto sofria da tal ulceração. ¹⁹Conquanto, a atividade econômica bem sucedida de Mariana foi interrompida pela morte, mas revela que ela fazia parte de processos históricos trans-territoriais, como o comércio com produtos oriundos da Costa da África, e uma rede de exportadores e importadores, e evoca a um só tempo o comércio de escravizados do qual ela fora vítima, mas também recorreu a este quando forra e lucrava com essa força de trabalho; e em conjunto a isto concorria ao dinâmico trabalho cativo na dinâmica do mundo Atlântico. Ela sabia que o produto que importava tinha um público consumidor, estrangeiro como ela, que consumia os panos e os búzios da Costa. A especulação e astúcia atribuídos a elas nos negócios tinham origem supostamente africana, como traço de suas ações nos negócios de rua na Bahia.

Por meio das relações comerciais transatlânticas, foram trazidas mulheres para as cidades brasileiras, especialmente da África Central Ocidental, região marcada pelo domínio feminino nestes ofícios. Este era um comportamento que atravessara o Atlântico por via da memória, e foi utilizado aqui como estratégia, vez que sempre foram responsáveis pelos alimentos de primeira necessidade, e que em África povoavam o centro de grandes cidades como Luanda (PANTOJA, 2001, p. 47). Estas conexões dão sentidos atlânticos a esses comportamentos de trabalho, e as gerações de africanas natas tiveram com o tempo de adaptar-se, reinventar-se e recriar valores e práticas culturais, além de assimilar muitos dos costumes locais, - com isso atender as exigências dos mercados - sob a pressão da escravidão deste lado do Atlântico (REIS, 2008, p. 316 – 317).

¹⁶APEB, Seção Judiciária, Testamentos Mariana Joaquina do Espírito Santo (03/984/14531)

¹⁷APEB, Seção Judiciária, Testamentos Mariana Joaquina do Espírito Santo (03/984/14531)

¹⁸ Idem.

Isto nos ajuda a entender como a história das africanas forras, em suas trajetórias de aquisição da liberdade via mercado de trabalho, quitandas e ganho na Bahia, as ligava entre as micro histórias e uma história global do trabalho? Se à primeira vista nos é tentador concluir que são correntes historiográficas inconciliáveis, isto é, tentar articular a análise da vida produtiva individual das forras com os grandes processos sociais mais amplos, podemos num segundo olhar conectá-las com histórias atravessadas pelo tráfico, a permanência em cativo, compra das suas alforrias e o sucesso no mercado de trabalho como via de mão única de alcance da ascensão social, uma espécie de “faro” para o negócio que não deixava de considerar as importações e exportações com a África.

Nossa tese central se sustenta ao observarmos que em fins do século XIX as africanas de Salvador apresentavam um comportamento condizente com a formação da classe trabalhadora em curso globalmente. Qual seja, esta parte da Bahia nos faz vislumbrar de um modo mais denso o funcionamento e as brechas da sociedade escravista no Brasil e nas Américas. A partir das inter-relações destas práticas aludidas até aqui, é possível concluir como os negócios femininos praticados por africanas na Bahia remetiam às práticas atlânticas. Todas elas fizeram a travessia atlântica. Nascidas na África, seja Mina, Angola, Congo, Jeje ou de maioria Nagô, e importadas para a costa brasileira antes de 1850, eram trabalhadoras braçais de carne, osso e endereço. E elas eram impactadas pelas flutuações de ordem econômica, e localmente o pagamento de diversas taxas para exercer atividades comerciais.²⁰

Temos um quadro de relações de trabalho complexas e fluídas. Estas africanas inseriram-se num mercado de trabalho fundamental para a cidade, mercadejando a retalho, provendo a população de frutas, comidas, miudezas e peixes ou seus serviços como carregando água, lavando roupas, servindo quitutes e não podemos negar-lhes o estatuto de uma classe trabalhadora crescente e feminina antes de 1888. Suas escravas de ganho poupavam, lucravam, pagavam-lhes diárias e amealhavam pecúlio para sua alforria, e obtinham consequentemente outras escravas para lhes gerar rendas tão logo pudessem. Oliveira afirma que na sociedade em questão, ter ou não ter um escravo era definidor de riqueza ou pobreza (OLIVEIRA, 1988, p. 40). Este ciclo de trabalho árduo obedecia aos ditames da sociedade escravista mundial em curso e decurso. Nelas estão imiscuídas ações autônomas das escravas que se transformavam em forras, concorrendo para minar a legitimidade da escravidão, engrossando a classe trabalhadora em novos moldes, a mobilidade era legal e via meio ocupacional, funcional, laboral.

¹⁹ Idem.

²⁰ APEB. Ata das Sessões da Assembleia Provincial Legislativa do ano de 1835. Livro 206.

Entre diversos trabalhadores da cidade, as africanas quitadeiras e ganhadeiras encontram-se na bifurcação entre o local e o global em suas ações, investimentos e posturas. Estrangeiras que pagaram para libertar-se e integraram-se ao fluxo econômico global, comprando suas alforrias e depois vendendo outras. Ao concebê-las como trabalhadoras nesta perspectiva, as aproximamos da visão mais abrangente de classe trabalhadora, da própria fluidez da ideia de História Global do Trabalho. Van Der Linden (2013) explica que esta consiste mais em uma “área de interesse” do que um bem-definido paradigma teórico, e que o estudo das relações de trabalho envolve tanto o trabalho livre como o não livre, tanto o pago como o não pago. Partimos então do local, de suas experiências conjuntas - abordagem mais adequada para ver os limites entre a liberdade dos atores e as forças sociais e institucionais (LEVI, 1992). O esforço foi não perder de vista que elas vivenciavam processos históricos num cotidiano de trabalho que as ligava a uma postura condizente com um contexto mais amplo, por ‘menores’ que sejam esses processos em termos geográficos, como as ruas das freguesias baianas (VAN DER LINDEN, 2013, p. 3). Linden reforça que, nas formas intermediárias entre trabalho assalariado e escravidão, há várias outras maneiras existentes, além da estipulada por Marx. Dessa concepção de formas intermediárias entre trabalho assalariado e por conta própria, Salvador se enquadra naquilo que Linden explica sobre sociedades nas quais a luta pela sobrevivência é a norma para uma alta proporção de toda a classe trabalhadora, compelidos a buscar meios alternativos de subsistência, distintos dos seus tradicionais. Essas relações de trabalho têm como inspiração o Atlântico Sul, espaço de chegada, lutas e vitórias materializadas anonimamente na construção de recursos, o que não as exclui de serem parte de um conceito mais amplo de “trabalhador”, bem explicado por Linden de que elas “enquanto indivíduo livre, dispõe de sua força de trabalho como uma mercadoria” (LINDEN, 2005, p. 15), e a negociam de forma exímia.

Nas trajetórias analisadas sob o recorte micro, o macro – uma história econômica mundial em curso-, se revela na mercantilização do trabalho verdadeiramente capitalista, com os empréstimos, aluguéis, investimentos em ações na Caixa Econômica, empréstimo em forma de poupança, na confiança da palavra, em mãos de suas senhoras, aluguel de lojas e pontos comerciais. Tais investimentos eram o segundo passo almejado logo depois da alforria, conquistar um meio mais acessível de lucratividade: a posse de uma escrava de ganho, que somada a sua força de trabalho lhes permitisse adquirir casas, escravas e jóias.

Foram observadas no Rio de Janeiro por Faria, e em Minas Gerais por Júnia Furtado, que em comum detectaram o grande número de mulheres de cor chefiando domicílios, vendas e escravos. Furtado sublinha que “todas elas se tornavam proprietárias de escravos assim que alcançavam a liberdade. Nada mais esperado, numa sociedade hierárquica e que desprezava o

trabalho manual” (FURTADO, 2001, p. 101). Nestas relações mediadas pelo pagamento semanal ou diário de ganho como forma de economia, lucro e poupança não diferia muito quantitativamente de outras profissões masculinas assalariadas, que contavam com registros e um padrão. Neste caso, as africanas escravas e suas senhoras forras, assim como os assalariados constituíam-se em semiclasses subalternas no capitalismo. No entanto, as sinhás forras e suas escravas circulavam com mais possibilidade de vendas, acertos e lucros flutuantes do que um trabalhador assalariado que ganhava pouco.

E, homens ou mulheres africanos forros que recebiam diretamente os proventos do aluguel, sendo permitido a trabalhadora cativa reter o que excedesse da quantia combinada previamente, permitia “uma variedade quase infinita de tipos de produtores, e as formas intermediárias entre as diferentes categorias são definidas de formas mais fluidas do que nítidas” explica Linden ao afirmar que a força de trabalho pode ser vendida por outro que não seja o portador, porque a pessoa que oferece a força de trabalho (a sua própria ou a de outrem) a venda, não a vende condicionalmente, para ele, um escravo também pode executar um trabalho (LINDEN, p. 13). A mercantilização, em sua concepção possui muitas formas, o trabalho livre assalariado é apenas uma delas. As sinhás forras, com suas escravizadas em ação de lucro nas freguesias, traduzem outras formas de vínculo material e estão longe do restrito conceito de lumpem-proletariado.²¹ O debate apresentado por Gomes e Negro retomam os anos de 1970 quando a História Social do Trabalho teve um roteiro bifronte, servindo para um reexame do papel de africanos, crioulos, escravizados e libertos na formação da classe trabalhadora brasileira (GOMES; LUIGI, 2006). Nos faz compreender que a maioria destas africanas veio no período da legalidade, mas não se contentaram em permanecer na condição de escravas e, enquanto juridicamente eram cativas, forjaram trabalhos, ganhos e ofícios numa negociação diária com seus senhores que as colocavam noutro lugar social a fim de suas vidas. Era uma maneira legal e rentável de se obter renda.

Ex-cativas tornavam-se possuidoras de outras cativas, sinônimo de ostentação e riqueza que as forras ambicionavam – como todos na sociedade – a propriedade de pelo menos um cativo. Ao encontrá-las declarando ter apenas uma escrava, esta mulher não era mais tão pobre. Faria explica que não se pode, portanto, considerar de maneira absoluta como ‘pobre’ a proprietária de uma única escrava, principalmente porque a grande maioria da população economicamente ativa da sociedade escravista não tinha condições de ter nem mesmo uma (FARIA, 2000, p. 83).

²¹ O termo lumpemproletariado designa, no vocabulário marxista, a população situada socialmente abaixo do proletariado, do ponto de vista das condições de vida e de trabalho, formada por frações miseráveis, não organizadas do proletariado, não apenas destituídas de recursos econômicos, mas também desprovidas de consciência política e de classe, sendo, portanto, suscetíveis de servir aos interesses da burguesia.

Uma verdadeira confusão se instalou na Rua do Alvo, em 7 de fevereiro de 1877, na Freguesia de Sant'Anna. A Africana Gertrudes Magarão faleceu aos 64 anos repentinamente sem deixar testamento. E a casa dela foi alvo de transeuntes, conhecidos dela e outros africanos que movidos pela curiosidade lá estavam. O subdelegado da freguesia informou que as pessoas estavam querendo tomar conta dos bens que ali existiam e procedeu logo ao auto de arrecadação. O primeiro bem descrito era uma escrava africana de nome Esperança Maria, do serviço doméstico com sessenta anos, havia ainda papel moeda em cobre, um rosário grosso de ouro, outro menor, duas pulseiras de ouro grossas, quatro correntes de ouro com coral, um colar de ouro, um coral de unicorne, trinta e sete contas confeitadas com trinta e sete corais, um par de argolas de diamante, cinco anéis e três pares de botões de punho de ouro, uma corrente e um carneirinho de prata, duas moedas com argolas de prata, um relógio, uma arca contendo saia preta, nove saias de chita, quatro anáguas, dez camisas, três lenços, xales, sete panos da costa, quatro toalhas, um corte de chita, uma cama francesa, mesas de madeira com cadeiras, duas figuras de gesso, uma gamela grande para o banho, dois balaios da costa, duas bandejas: uma grande outra pequena, uma bocetinha de madeira, um chapéu de sol de seda, cinco quadros de parede, um espelho, um relógio de pendulo chinês, uma manga de vidro.²²

Gertrudes manteve como escrava a africana Esperança, mesmo após os 60 anos. E só com sua morte esta ouviu do subdelegado que por sua idade não poderia ser levada à praça como os demais bens, e que poderia ser liberta conforme os decretos da lei de 15 de junho de 1872. Alforria para Gertrudes tinha alto preço, como em 1873, quando a vendeu para o africano Jacob por 500\$00 mil reis. Já Esperança, ficou de pagá-la via quantia semanal até cumprir o que faltava para sua liberdade e não estava cumprido com os valores alegando que não estava conseguindo vender os objetos do seu negócio. Isto nos remete ao lucrativo serviço praticado majoritariamente por escravizadas de ganho, empregadas pelos seus próprios senhores para vender quitandas ou alugadas por eles a terceiros para comerciar (SOARES, 2006).

Gertrudes figurava em um ambiente no qual apenas elas podiam cumprir certas funções, úteis para escravizados e trabalhadores livres, assim como para seus senhores (que se apropriavam do lucro das vendas). O curador dos bens do espólio de Gertrudes informava que temia a fuga da escravizada que não pagava as diárias, e que a africana estava em completa rebeldia não repassando seus ganhos, e que há 5 semanas parara de pagar, dormindo diversas noites fora de casa, e há 18 dias não apareceu na casa do suplicante curador, e que mandassem procurá-la no Cabula onde ela tem costume de ir buscar folhas de umas ervas e vender. Era o ramo das curas e remédios através de ervas que também tinha clientela na Bahia oitocentista.

²²APEB, Seção Judiciária, Arrecadação - Gertrudes Magarão - Arrecadação (07/2909/01)

Depois de muito esforço ele a apreendeu nas imediações do Gravatá, onde soube que Gertrudes passava lá todas as noites. E a desqualifica explicando que além de ser mau exemplo para os seus próprios escravos, ele soube que ela costumava fugir das vistas de Gertrudes, e pedia uma punição que ela fosse presa na casa de correção. A vida de Esperança e o seu comércio de ervas não era fácil. Esta ascensão de Gertrudes e demais forras estaria em consonância com a Nova História Social do Trabalho, por ser fruto das lutas, conquistas ou do conjunto de experiências onde todas reuniram pequenos bens. Estas forras tiveram naquelas freguesias seus nomes inscritos em novas condições sociais: a de “dona”, senhoras possuidoras em maior ou menor escala de negócios, casas e escravas de ganho contando ainda com pagamento de um “jornal” em dinheiro, tirado das suas próprias atividades.

Reunir tais histórias de modo que seus pertences inventariados sejam vistos como conquistas maiores é fazer uso da redução da escala, da análise densa das fontes, da busca indutiva através dos indícios (BARTH, 2000). Pequenas pistas revelaram o ofício, a solidão, a fé, a ambição. E em seus espólios encontramos bens raros de se encontrar nas mãos de uma africana qualquer. Jóias de ouro em baús, dinheiro em moeda ou investimentos em ações na Caixa Econômica. Alguns bens foram partilhados, outros postos para arrematação, especialmente das que viviam sozinhas, onde juiz de órfãos cumpria as exigências formais. Descobrimos que não eram tão solitárias, viviam em companhia de outras forras, ou amásio, e mantinham relações de amizade ao que nomeavam como testamenteiras. Em alguns casos essas mulheres dividiam o aluguel. Solidariedade, mutualismo não oficializado como proporcionavam as irmandades.

Seja como for, Lima explica que esta micro história não se construiu em oposição a uma abordagem do “grande quadro” (big Picture). Assim, cada testamento e inventário revela uma história tão singular que ele chama de “a riqueza singular da biografia individual” (LIMA, 2015, p. 05), respeitando seus limites, é claro. Assim como expõe a realidade de um sistema de trabalho em curso por diversas outras africanas manumitidas, que no pós-cativeiro inseriam-se no mercado de trabalho tendo sua condição étnica, seu ofício exercido com sacrifícios, à mercê das posturas municipais, taxas e regulamentos dos cantos de trabalho em Salvador. Lima segue a vida do Africano livre Augusto Mina e “se, por um lado, a sua história é marcada pela singularidade, tão local e circunscrita, das suas vicissitudes pessoais, não há dúvida que a vida de Augusto pertence também à ampla história das conexões transcontinentais” (LIMA, 2015, p.05).

Tanto Augusto Mina quanto as forras da Bahia, exemplificam como o olhar em escala reduzida sobre vidas de escravos e libertos, são excepcionais se pensarmos num universo concomitante de milhares de africanas ainda escravas, crioulas, pretas forras pobres daquelas dez freguesias de Salvador. Ao mesmo tempo, as forras negociantes seriam parte de um processo em

curso que atravessava o globo: a longa história do trabalho escravo; o funcionamento do tráfico africano e recente proibição, as emancipações e suas inserções no mercado livre de ganho.

Faria tem argumentos sólidos que explicam ainda que mulheres forras optavam por não estabelecer matrimônio oficial, mas constituíam suas famílias de forma específica através das relações de escravidão e dependência (FARIA, 2001). Mulheres forras destacaram-se na chefia de domicílios sem família, e ingressaram paulatinamente num sistema de assalariamento e em outros esquemas que envolviam a remuneração. Contrariamente aos historiadores que sugerem a pobreza dos pequenos escravistas forros, os proprietários de escravizados não poderiam ser considerados exatamente pobres: “[...] a aquisição de um escravizado não era fácil. Juntar o necessário para se comprar pelo menos um demandava, para a esmagadora maioria da população, investimentos significativos, quer de ordem econômica, quer de ordem pessoal (FARIA, 2000, p. 83). Ao manifestar o temor em relação à morte, principalmente ao que ocorreria no além-túmulo, muitas africanas nos apresentam suas trajetórias de vida destacando a solidão ou gratidão a uma família afetiva inventada por elas através de “amadrinhamentos”. Utilizo esta expressão para traduzir as relações afetivas desenvolvidas com os filhos de suas crias, de outras africanas em compadrio e em todas elas destaca-se a autonomia das “forras” trabalhadoras numa série de serviços urbanos ou na prática da venda a varejo nas ruas da cidade.

Conheçamos outra Gertrudes, que ao invés de senhora, era a escrava. Sua senhora faleceu em 31 de maio de 1856. Era a africana Maria dos Prazeres Freitas, inventariada por Ângelo Francisco de Andrade. Possuía uma casa no largo de N.Sr^a de Brotas e de Gertrudes do serviço do ganho, sem moléstia. O curador dos bens avaliou “seu serviço diario em 480 reis”. Em seu testamento Maria declarava que estava doente, mas em pé, rogou a corte celestial e reafirmou sua fé católica “na minha agonia”.²³ Gertrudes teria no cenário urbano a fonte de seus ganhos para concorrer ao estipêndio que custaria sua alforria. Maria certamente contava com ela para sua sobrevivência, pois parecia viver modicamente diante lista curta de bens. Mas, era integrante do universo do comércio urbano e, mulheres proprietárias de escravizadas, qualquer que tenha sido sua condição social, não podem ser consideradas ‘pobres’, no sentido econômico do termo (FARIA, 2000).

Também com poucos bens, mas dona de duas escravas que lhe ajudavam nos ganhos na cidade, Hermenegilda Francisca de Almeida, em seu testamento datado de 04 de junho de 1856, afirmou que comprou do casal da Africana Esperança, a escravizada Thiofila. Neste caso, Esperança outra africana, teria lhe vendido a escravizada que era de sua propriedade. E, além desta, Hermenegilda possuía outros bens que foram listados e traduziam uma vida simples como

²³APEB, Seção Judiciária, Testamentos –Maria dos Prazeres Freitas (05/1866/2337/7).

estrados de madeira, bancos e alguns móveis. Mas, o que nos deixa a par de como Hermenegilda trabalhava na cidade de Salvador era a posse de gamelas, tachos de cobre e panelas e ainda uma escrava nagô de nome Silvéria.²⁴ Silvéria e Thiófila seriam o meio de Hermenegilda viver, lucrar e que lhe havia possibilitado a liberdade, a posse de uma escravizada e a compra de outra. As vendas volantes estavam nas mãos, braços e cabeças das chamadas “negras de tabuleiro”, que vendiam pelo miúdo variados comestíveis e bebidas. Elas se tornaram tão comuns nas paisagens. A aquisição de escravas poderia ser uma opção deliberada de libertas que desejassem uma força de trabalho afinada com suas atividades, como era o caso das “sinhas pretas” (FARIA, 2001).

Mais que Hermenegilda, nossa próxima personagem, Rita, entendeu e utilizou-se com maestria da atividade rentável dos serviços urbanos. Ao fazer seu testamento em 1857, Rita Friandes reafirmou sua fé desde que fora batizada na Freguesia de Santa Anna e por isso entregava a sua alma a N. Sr^a das Portas do Céu. Declarou que nasceu na Costa da África e que fora escravizada do já falecido Manoel Friandes da Silva, nunca foi casada e nem teve filhos. Pediu para ser enterrada no Convento dos Religiosos de São Francisco, pois era membro da Irmandade de São Benedito e de Santa Efigênia e "também sou irmã das Irmandades de Nossa Senhora do Rozario de Santa Anna e do Senhor Bom Jesus da Redempção" (REIS, 1996, p. 05). Rita era bem articulada ao se filiar a tais grupos. Isto lhe conferia uma distinção, além de forra, participava de três grupos que não era barato mantê-los com as taxas e alfaias. Na Igreja que pedia para ser enterrada, a de São Francisco, a Irmandade de São Benedito existia desde 1623, composta de pretos africanos. Rita pedia ainda em testamento que tais irmandades acompanhassem seu corpo. Nomeava para tais providências Luisa Quirina e em segundo lugar a sua escrava nagô Maria Friandes, que estava coartada- a manumissão coartada, ou carta de corte, funcionava como a onerosa, porém nesta modalidade a escrava poderia parcelar o valor a ser pago, estipulado no ato da negociação. Após esse tratado, a cativa recebia a chamada “carta de corte”, documento que comprovava tal transação – neste caso no valor de 200\$00 mil reis. Rita pensou no destino delas e afirmou que daria um tempo de três anos para que Maria pagasse o valor de sua alforria, e se ela não obtivesse a quantia, deveria então ser dados mais três anos e se ainda assim não conseguisse "então o meu testamenteiro a chamará de volta ao captiveiro". Ainda que muito religiosa, Rita não perdoaria a dívida tão fácil não. E possuía outra escrava africana chamada Maria, de Nação Gege, ao qual deixava coartada pela quantia de 50\$00 mil reis e que também teria um prazo de três anos e se não pagasse o testamenteiro deveria fazer o "esforço de cobrar [sic] della chamando-a ao [sic] captiveiro, mas nunca a [sic] poderar vender". Luisa e Maria teriam que se esforçar sobremaneira nos seus ganhos na cidade para não

²⁴APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Hermenegilda Francisca de Almeida (07/3257/79)

serem chamadas de volta ao cativo. Os dramas iam além, envolviam os filhos dessas africanas. Rita afirmava ter seis crias "todas nascidas de minhas escravas" e explicava um a um seu destino: Mathias, Marcelo, Manoel, Vicência eram filhos de Maria Nagô. Entre estes, Mathias já tinha carta de liberdade "pagada em nota e os outros quatro também tinha carta de suas liberdades e não foram lançadas em nota, assim como o crioulinho Procópio", filho da outra Maria Gege que também pariu uma cria homônima, Maria do Carmo.

No entanto, Procópio teve mais sorte, e Rita o deixou "forro como se de ventre livre tivesse nascido". Seus bens incluíam ainda uma roça na travessa que ia das "Brotas para o Rio Vermelho em terreno foreiro", e deixava a roça para Luisa Quirina. E esta seria a responsável por três missas de corpo presente no Convento de São Francisco. Rita também cuidava de bens do preto Carciano de Nação Gege, escravo do Senhor Sampaio no valor 300\$00 mil reis, e desta quantia 200\$00 mil estavam guardados na Caixa Econômica vencendo juros por ordem do mesmo preto. Carciano fora bastante esperto ou Rita haveria de ganhar algo em troca pelo favor? Já vimos que nem sua morte traria liberdade plena as suas escravizadas africanas sem o estipêndio necessário.

E o "conhecimento" - creio que ela se referisse aos papéis comprobatórios-, se achavam em poder do Senhor Germano e mais, Luisa Quirina também guardava os outros cem mil reis restantes que seriam entregues ao preto após o seu falecimento. Afirmava que não tinha dívidas e doava cinquenta mil reis aos africanos libertos. E por fim, Rita Friandes deixava para o futuro das referidas crias um bem, uma escrava, "Maria de Nação Nagô por ser esta mai de quatro dos ditos menores [sic] meos herdeiros".

Confiança e solidariedade traduzem a experiência da convivência entre escravos e livres, passo fundamental no processo de formação da classe trabalhadora que testamentava suas vontades e "nas mãos do historiador, eles (os testamentos e inventários post-mortem) podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual" (FURTADO, 2009, p. 93). Neste lastro o trabalho figura como central nas lembranças e sonhos derradeiros.

Os estudos sobre o trabalho e os trabalhadores finalmente foram capazes de ir além da atenção sobre o trabalhador industrial, sindicalizado, jovem, usualmente branco, para começar a também reconhecer a centralidade das questões sobre o gênero e a sexualidade, o trabalho doméstico e informal, ou as tensões e limites entre o trabalho "livre" ou "não livre" e ao fim de suas vidas, as forras tinham claros que valores são os parâmetros pelos quais os indivíduos medem suas perdas e seus ganhos (ROSENTAL, ano, p. 151 – 152).

Não é tarefa fácil interpretar o real papel das forras no sistema legal de trabalho tão marcado pela exploração que mal se distinguia da própria escravidão. Muitas vezes, os documentos consultados silenciam como as libertas e livres conseguiram deter algum tipo de riqueza, mas, no entanto, são classificadas, por vezes, na historiografia, como pobres ou destinadas à pobreza depois da alforria. Se escravas de ganho conseguiam sustentar a família de seu senhor e acumular pecúlio, por que não seriam capazes de acumular riquezas para si depois de pagarem por suas alforrias? Suas abolições particulares, através da prática de um ofício, não as colocam numa História Social do Trabalho? Ou será que somente as experiências pós 1888 devem contar?

As mulheres aqui enquadrar-se-iam perfeitamente na metodologia da riqueza singular da biografia individual, no entanto, aliam-se ao macro, ao percurso das “perspectivas global e microanalítica tomando o amplo campo da história do trabalho como ponto de partida privilegiado”, como explica Lima e nos ajuda a pensar que conclusões ainda estão em processo, afinal ainda é grande “a combinação, e a eventual tensão, entre a pesquisa intensa sobre as vidas e trajetórias individuais e o esforço em considerar o fluxo intercontinental de pessoas, bens e cultura” (LIMA, 2015, p. 582). Nossa sensibilidade é atizada pela possibilidade de aproximação com personagens tão ricas, mas as complexidades de suas excepcionalidades residem justamente nas luzes que ela projeta sobre as vidas de outras africanas, e nesse percurso apesar dos laços de parentescos e núcleos familiares desmembrados, novos laços e vínculos foram gradativamente surgindo.

FONTES

Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Livro 19º de assentos de pessoas (1852-1855)

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia:

APEB, Polícia, Registro de entrada de Estrangeiros /Brasileiros -(1855-1856), maço 5667.

APEB, Chefe de Polícia, 1863-1889, Maço Nº 2982.

APEB. Ata das Sessões da Assembleia Provincial Legislativa do ano de 1835. Livro 206.

APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Ana Luiza Bittencourt (3/1218/1687/7)

APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Francisca Sallé – (5/2171/2640/13)

APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Gertrudes Vaz de Souza –(05/1945/2417/17)

APEB, Seção Judiciária, Arrecadação - Gertrudes Magarão - Arrecadação (07/2909/01)

APEB, Seção Judiciária, Testamentos -Hermenegilda Francisca de Almeida (07/3257/79)

APEB, Seção Judiciária, Testamentos – Maria dos Prazeres Freitas (05/1866/2337/7)

APEB, Seção Judiciária, Testamentos Mariana Joaquina do Esp. Santo (03/984/14531)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Orgs.). **Ensaio sobre História e Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad /Faperj, p.289-329, 2001.

_____. Sinhás pretas, damas mercadoras. **As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850)**. Tese de Professor Titular defendida junto ao Departamento de História da UFF, Niterói, 2004.

_____. Mulheres forras – riqueza e estigma social. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jul., p. 65-92, 2000.

FURTADO, Júnia. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In:FURTADO, Júnia F.(org.). **Diálogos Oceânicos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Roza Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antônio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, vol.18, n.1, p. 217-240, jan-jun, 2006.

HALL, Midlo Gwendolyn. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. **Topoi**, v.6, n.10, p. 29-70, jan-jun, 2005.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre o termo ‘mina’. **Tempo**, Vol. 10, 2006, pp.98-120.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História, São Paulo, Vol16, p. 25 - 38, 1998.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro – história. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi**. Vol.16, n.31, p.571-595, 2015.

LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação história da classe trabalhadora mundial. **História**. São Paulo: Unesp, Vol. 24, n.2, p.11-40, 2005.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia /Empresa Gráfica da Bahia, 1986.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: o seu mundo e os outros (Salvador, 1790–1890)*. Salvador: Corrupio, 1988.

PANTOJA, Selma Alves. *A dimensão atlântica das quitadeiras*. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Marítimo Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição*. **Afro-Ásia**, Vol. 24, p. 199-242, 2000.

_____. *Identidade e Diversidade étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, p. 7-31. 1996.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *“A greve negra de 1857 na Bahia”*. *Revista USP*, Volume 18, p 06 -29,1993.

REVEL, Jaques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROSENTAL, Paul-André. *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogo de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 151-172.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *De pardos disfarçados a brancos poucos claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*. **Afro-Ásia**, Vol.32, p. 115 - 137, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca J. *Small- Scale Dynamics of Larger-Scale Processes*. **The American Historical Review**, Vol. 105, n. 2, p. 452-466, abril, 2000.

SILVA, Alberto da Costa e. **Francisco Félix de Souza, mercador de escravos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia do século XIX**. Salvador: Eduneb, 2006.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma História Global do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

Recebido em: 14/03/2019

Aprovado em: 22/06/2019

Recebido em: 22/04/2019

Aprovado em: 27/05/2019